



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ FACULDADE DE
ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA, CONTABILIDADE E
SECRETARIADO. DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE.**

MARILIA CYNTHIA HERBSTER GUEDES

**RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL: UM ESTUDO SOBRE A INFLUÊNCIA
DOS INVESTIMENTOS SOCIOAMBIENTAIS NA PERFORMANCE DAS EMPRESAS.**

Profa. M.^a Editinete Andre da Rocha Garcia

Orientadora

**Julho
2013**

MARILIA CYNTHIA HERBSTER GUEDES

**RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL: UM ESTUDO SOBRE A INFLUÊNCIA
DOS INVESTIMENTOS SOCIOAMBIENTAIS NA PERFORMANCE DAS EMPRESAS.**

Artigo apresentado ao Departamento de Contabilidade da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Profa.M.^a Editinete Garcia

FORTALEZA/CE

2013

RESUMO

Este trabalho objetiva investigar a influência dos investimentos socioambientais sobre a Receita Líquida das empresas pertencentes à sexta carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial. Em complemento, o estudo apresenta a correlação entre Receita Líquida e Indicadores Sociais Internos (ISI), Indicadores Sociais Externos (ISE) e Indicadores Ambientais (IA). A coleta de dados foi realizada a partir dos relatórios financeiros, dos Balanços Sociais e dos Relatórios de Sustentabilidade do exercício de 2011, disponíveis na *internet*. Trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa, sendo descritiva e documental. Utilizou-se a análise de conteúdo para apresentar os resultados, além da observação do Coeficiente de Correlação de Pearson. O estudo teve como base teórica o tripé do desenvolvimento sustentável, os Indicadores Socioambientais e a Teoria da divulgação voluntária. Os resultados indicaram que o Setor de Água, Esgoto e Saneamento foi o que mais investiu em ações socioambientais, e que a média de investimentos totais das empresas estudadas foi de 3,94% sobre a Receita Líquida. Concluiu-se, ainda, que existe uma correlação forte apenas entre Receita Líquida e ISI.

Palavras-chave: Responsabilidade Social. Receita Líquida. Investimentos Socioambientais.

1. INTRODUÇÃO

As atividades das empresas, o que e como fazem, afetam a sociedade como um todo. Um dos grandes desafios das empresas contemporâneas tem sido conciliar a busca pela excelência, a exemplo da melhoria da qualidade de seus produtos/serviços, com a busca pela sustentabilidade econômica, social e ambiental, ou seja, as empresas têm o desafio de conciliar os interesses dos vários grupos que a cercam: clientes, funcionários, fornecedores, concorrentes, governantes, autoridades e sociedade em geral.

A idéia de que a lucratividade deve ser o único objetivo das empresas passou a ser questionada pela sociedade, que exigiu uma transformação na atuação tradicional, estritamente econômica, e um maior envolvimento destas na solução de problemas sociais e ambientais. Foi neste contexto que surgiu o conceito de Responsabilidade Social Empresarial (RSE).

Para Melo Neto e Froes (1999), a Responsabilidade Social está inserida na dimensão social, juntamente com as dimensões econômica e ambiental, constituindo os três pilares do desenvolvimento sustentável, também conhecido como *Triple Bottom Line*, composto pelo desenvolvimento econômico, pelo desenvolvimento social e pela proteção ambiental. Os três lados devem ser vistos com pesos iguais, pois, da mesma maneira que o desenvolvimento econômico não se sustenta sem uma contrapartida ambiental e social, os outros também não se sustentam sem a contrapartida econômica da empresa.

Cientes disto, as empresas tendem a investir e a divulgar, cada vez mais, suas ações socioambientais, embora tais feitos não sejam obrigatórios. Acredita-se que esta é uma forma de legitimar a existência da empresa, fazendo com que esta seja aceita pela sociedade. Utiliza-se, portanto, neste estudo, referencial teórico direcionado para o desenvolvimento sustentável, para os indicadores socioambientais e para a teoria da divulgação voluntária.

O presente trabalho busca responder a seguinte questão: **Qual a influência dos investimentos socioambientais na Receita Líquida das empresas?** A fim de responder a este questionamento, a pesquisa buscará analisar o comportamento dos investimentos socioambientais em relação à Receita Líquida, além de identificar a existência de correlação entre os investimentos socioambientais e a receita das empresas listadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA), que compõem o Índice de Sustentabilidade Empresarial.

A pesquisa está estruturada em cinco seções, incluindo esta introdução, contextualizando o tema, definindo o objetivo geral e os objetivos específicos. A revisão da literatura é tratada na segunda seção. A seguir, apresenta-se a metodologia, que contempla a caracterização da pesquisa, a amostra e as etapas. A quarta seção apresenta a análise dos resultados do estudo e, em seguida, são apresentadas as devidas considerações finais.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Responsabilidade Social Empresarial

A primeira publicação sobre Responsabilidade Social Empresarial – (RSE) foi desenvolvida por Bowen (1953 *apud* CARROLL, 1999, p. 268), que afirma que a indústria tem a obrigação de adotar políticas, tomar decisões ou seguir as linhas de ação que são desejáveis em termos dos objetivos e valores da sociedade. Nesta idéia, o autor aponta que as empresas existem para servir à sociedade, portanto o comportamento corporativo deve seguir regras por ela determinadas.

Especialmente desde a década de 1970, o tema RSE vem ganhando força e sendo estudado por grande volume de autores, liderados por teóricos como Friedman (1970), Davis (1973), Carroll (1979), Freeman, (1984), Wood (1991), Husted e Allen (2001) e Schwartz e Carroll (2003). No Brasil, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – (IBASE) e o Instituto *Ethos* de Empresas e Responsabilidade Social são os que mais se destacam no debate sobre estas questões.

Os diversos conceitos sobre Responsabilidade Social Empresarial emergiram das discussões teóricas promovidas por defensores das escolas de economia clássica e socioeconômica, dando origem a diversas correntes de pensamento (PEREIRA, 2006).

Para o Instituto *Ethos* (2007, p.78), a RSE consiste em:

Uma forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais.

Diversos autores defendem que as ações de Responsabilidade Social precisam existir para cobrir lacunas deixadas pela ineficiência do Estado em gerir as questões sociais que emergem. Como exemplo, pode-se citar Xavier e Maranhão (2010, p.298), que comentam que a RSE “(...) tem sido debatida por transparecer como uma via alternativa à inabilidade do Estado em resolver questões de ordem social.”

Dessa forma, embora não exista na literatura acadêmica um consenso a respeito da definição de Responsabilidade Social Empresarial (RSE), verifica-se que esse conceito parte de um conceito mais amplo: o desenvolvimento sustentável.

O conceito de desenvolvimento sustentável, conforme o Relatório de Brundtland (Brundtland, 1991), pressupõe um modelo de desenvolvimento que atenda às necessidades do presente, sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades.

Silva (2010) considera que em termos econômicos, a sustentabilidade prevê que as organizações têm que ser economicamente viáveis, face ao seu papel na sociedade, e que isto deve ser cumprido levando em consideração o aspecto da rentabilidade, dando retorno ao investimento realizado pelo capital privado.

Para Sachs (2008), desenvolvimento sustentável não significa apenas crescimento econômico, pois seus objetivos vão além da multiplicação da riqueza material. É uma condição fundamental, mas não suficiente para se obter a meta de uma vida melhor de forma completa para todos. Do prisma corporativo, o desenvolvimento sustentável define-se como “a busca do equilíbrio entre o que é socialmente desejável, economicamente viável e ecologicamente sustentável.” (SILVA; QUELHAS, 2006, p. 387)

Para se chegar a essa sustentabilidade, Demajorovic (2003) aponta algumas demandas às organizações: aumentar os investimentos em pesquisa e desenvolvimento; difundir habilidades e conhecimentos entre seus integrantes; desenvolver sistemas de informação no campo socioambiental e criar programas de incentivos aos empregados. Este autor aponta ainda que a RSE é o compromisso em contribuir com o desenvolvimento sustentável, envolvendo funcionários, suas famílias e a comunidade em geral para melhorar suas vidas, na medida em que são boas para o desenvolvimento do negócio.

O conceito de desenvolvimento sustentável está diretamente ligado ao *Triple Bottom Line*, que abrange 3 pilares: desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e proteção ambiental. A expressão original deste tripé foi cunhada por Elkington (1997), para quem o modelo de negócios tradicional, que só considerava fatores econômicos na avaliação de uma empresa, expande-se para um novo modelo ao contemplar a performance ambiental e social da companhia, além da financeira.

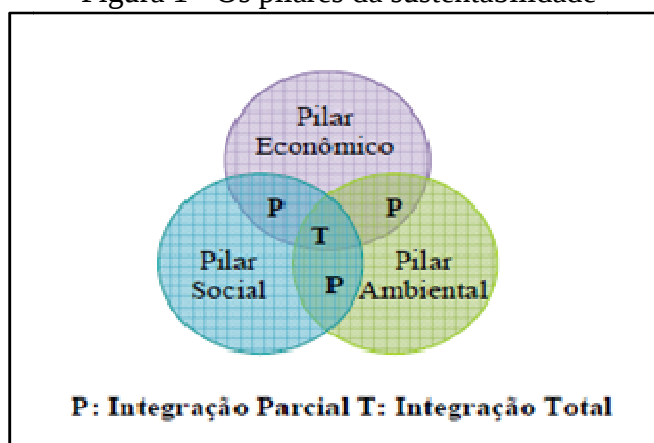
O *triple Bottom Line* é utilizado para refletir esses fatores de uma organização, buscando minimizar possíveis danos resultantes da atuação empresarial. Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2004), a sustentabilidade compreende-se nas dimensões:

- Dimensão ambiental, que trata da atmosfera, terra, água doce, oceanos, mares e áreas costeiras, biodiversidade e saneamento;
- Dimensão social, que trata da população, trabalho e rendimento, saúde, educação, habitação e segurança;
- Dimensão econômica, que trata do quadro econômico e dos padrões de produção e consumo.

Na visão de Melo Neto e Froes (1999), a responsabilidade social é parte integrante do conceito de desenvolvimento sustentável, estando inserida na dimensão social. Para os autores, as dimensões social, econômica e ambiental constituem os três pilares de tal conceito, devendo revestir-se da mesma importância.

Aplicando parte de seus recursos na prática de ações socioambientais em benefício da sociedade, a empresa está atuando nas dimensões social e ambiental e exercendo a sua Responsabilidade Social, conforme demonstra a figura a seguir:

Figura 1 - Os pilares da sustentabilidade



Fonte: Adaptado de Lozano (2008, p.139).

O modelo agrada a diversos estudiosos, no entanto, cita-se que a idéia de que as empresas devem atender às diversas realidades e arcar com parte da responsabilidade com a sociedade, vai de encontro a grandes nomes da visão econômica clássica, como é o caso de Friedman (1970). Ele parte do princípio de que tal prática não está de acordo com uma economia de mercado, representando um custo extra para a empresa, reduzindo os lucros almejados.

Friedman (1970) aponta, ainda, que existe apenas uma responsabilidade social da atividade de negócios – utilizar seus recursos em atividades delineadas para incrementar lucro

tanto quanto possível dentro das regras do jogo, qual seja engajar-se em mercado livre e competitivo sem fraudes.

Tal autor tem grande importância no campo de estudo aqui tratado, no entanto, há estudiosos como, por exemplo, Freeman (1984), que contradizem a visão econômica proposta por Friedman. Freeman afirma que a especialização de papéis não está funcionando como o modelo econômico sugere, devido à separação entre a propriedade e a administração dos negócios, a ascensão de oligopólios e as interações e influências de governos e da sociedade.

Ele acredita que as empresas deveriam ser pensadas como instituições sociais, responsabilizando-se por quaisquer de suas ações que afetem o meio ambiente e a comunidade como um todo. Percebe-se, desta forma, que as diversas vertentes e teorias têm fortes argumentos contra e a favor da prática social, sendo, um fato, a necessidade da realização de diversos estudos acerca do tema.

2.2 Indicadores socioambientais

O cenário nacional tem como principais indicadores socioambientais os indicadores *Ethos*, o Balanço Social de modelo IBASE e os relatórios socioambientais que se utilizam de diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI).

A GRI almeja que as organizações possam mensurar seus desempenhos e impactos econômicos, ambientais e sociais, de forma responsável e transparente. Já o Balanço Social é um demonstrativo que a empresa publica anualmente, reunindo informações sobre os benefícios, projetos e ações sociais dirigidas aos empregados, investidores, analistas de mercado, acionistas e à comunidade.

Apesar da complementaridade dos dois, o Balanço Social vem sendo, aos poucos, ultrapassado e substituído pelo Relatório de Sustentabilidade, pois, este último, além de ações sociais, relata o desempenho social, econômico e ambiental das empresas de forma mais detalhada.

Não existe ainda consenso quanto à publicação do Balanço Social e dos relatórios de sustentabilidade, no entanto, as empresas têm optado, cada vez mais, em divulgá-los, como forma de apresentar aos diversos interessados o que a empresa tem feito em prol da sociedade, sejam as ações obrigatórias ou não, percebendo-se, portanto, que a divulgação de tais relatórios é voluntária.

Dye (2001) descreve uma teoria de divulgação voluntária, como sendo um caso especial da teoria dos jogos, com a premissa de que a entidade irá divulgar informação que seja favorável a ela e não a divulgará se ela for desfavorável. Já Iudícibus (2004) destaca que é preciso prestar atenção na relevância das informações divulgadas, sendo necessário que se informe o que realmente é importante para o usuário.

Pode-se citar, ainda, a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica nº15, a qual aponta meios para se evidenciar informações de natureza social e ambiental, visando demonstrar à sociedade a participação e a responsabilidade social da entidade.

Conforme afirma Santos (2003), o Balanço Social é elaborado sobre a base contábil de dados, demonstrando que a função social da Contabilidade extrapola a simples prestação de informações aos proprietários e credores, representando o elo de comunicação entre a entidade legal e a sociedade que a envolve.

Para Tinoco (2001), Balanço Social é um instrumento gerencial que procura evidenciar, de forma transparente, informações sociais e econômicas do desempenho das entidades aos diferentes usuários.

O Balanço Social é composto por seis itens, sendo eles: base de cálculo, indicadores sociais internos, indicadores sociais externos, indicadores ambientais, indicadores do corpo funcional e informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial.

A base de cálculo aponta informações como receita líquida, resultado operacional e folha de pagamento bruta, que servem de base de cálculo percentual para grande parte das informações e dos dados apresentados. Conceitua-se a receita líquida como o resultado da receita bruta deduzida de diversos valores que efetivamente não pertencem à empresa, tais como impostos indiretos, descontos e abatimentos, devoluções de mercadorias, etc.

Os indicadores sociais internos apresentam todos os investimentos internos, obrigatórios e voluntários, que a empresa realiza para beneficiar e/ou atender ao corpo funcional. Já os indicadores sociais externos apresentam os investimentos voluntários da empresa, cujo público-alvo é a sociedade em geral (projetos e iniciativas nas áreas de educação, cultura, saúde e saneamento, esporte, combate à fome e segurança alimentar, pagamento de tributos e outros).

O quarto item aponta para os indicadores ambientais, que apresentam ações de compensação dos impactos ambientais e demais atividades que possuem o objetivo de melhorar a qualidade ambiental para a sociedade. Além destes, há ainda o quinto item, que apresenta os indicadores do corpo funcional e o sexto, que apresenta as informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial, conforme Quadro 1.

Quadro 1 – Indicadores do Modelo IBASE

Ordem	Indicadores Modelo IBASE
1	Base de Cálculo
2	Indicadores Sociais Internos
3	Indicadores Sociais Externos
4	Indicadores Ambientais
5	Indicadores do Corpo Funcional
6	Informações Relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial

Fonte: Dados da pesquisa 2013

Além do modelo de Balanço Social IBASE, analisou-se os relatórios de sustentabilidade que seguem as diretrizes da *Global Reporting Initiative* – (GRI). A GRI é uma organização não-governamental internacional, situada em Amsterdã, na Holanda. Os relatórios de sustentabilidade que seguem suas instruções apresentam um conjunto de protocolos de indicadores econômicos, do meio ambiente, dos direitos humanos, das práticas trabalhistas e do trabalho decente, da responsabilidade pelo produto e da sociedade, conforme Quadro 2.

Quadro 2 – Indicadores do Modelo GRI

Ordem	Indicadores Modelo GRI
1	Indicadores de Desempenho Econômico
2	Indicadores de Desempenho do Meio Ambiente
3	Indicadores de Desempenho Referentes a Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente
4	Indicadores de Desempenho Referentes a Direitos Humanos
5	Indicadores de Desempenho Social Referente à Sociedade
6	Indicadores de Desempenho Referentes à Responsabilidade pelo Produto

Fonte: Dados da pesquisa 2013

Os relatórios devem, ainda, conter três categorias de conteúdo: informações que estabelecem o contexto geral para a compreensão do desempenho organizacional, tais como sua estratégia e governança; forma de gestão, que descreve o modo como a organização trata determinado conjunto de temas para fornecer o contexto para a compreensão do desempenho em uma área específica; e indicadores de desempenho, que são informações comparáveis sobre o desempenho econômico, ambiental e social da organização.

Este é considerado o mais sofisticado dos balanços sociais, pois exige informações tanto quantitativas como qualitativas das empresas, tais como impacto ambiental e resultados dos investimentos sociais. Cunha e Ribeiro (2004) apontam que o modelo tem como vantagem primordial a simplicidade, diminuindo a resistência das empresas em publicar algumas informações.

3. METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como descritiva e exploratória, descrevendo e explorando fatos e fenômenos, utilizando-se também de pesquisa documental em bases secundárias. A realização de uma abordagem qualitativa permitirá uma observação detalhada das informações. Segundo Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos.

Tendo em vista sua grande visibilidade no campo da RSE, optou-se por analisar os indicadores disponíveis no Balanço Social e no relatório de sustentabilidade das empresas da amostra. Tais documentos foram escolhidos para a análise de conteúdo por apresentarem a maioria dos dados necessários para esta pesquisa. Enquanto os indicadores do Balanço Social do IBASE são, em sua maioria, quantitativos, a GRI apresenta um número superior de indicadores qualitativos.

Para atingir os objetivos traçados no estudo, agruparam-se as empresas por setor, realizou-se análise de conteúdo dos dados e se aplicou o teste de Correlação de Pearson. Tal teste foi realizado através do *software Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), versão 20. Apresentam-se como variáveis explicativas os indicadores sociais internos (ISI), os indicadores sociais externos (ISE) e os indicadores ambientais (IA), líquidos de encargos sociais compulsórios e tributos. A Receita Líquida aparece como variável dependente. A fim de normalizar os dados, dividiu-se o valor de cada variável pelo valor do ativo total.

Corrar, Paulo e Dias Filho (2007) explicam que este coeficiente mede a força do relacionamento ou grau de associação entre duas variáveis. De acordo com os mesmos autores, o referido coeficiente varia de -1 a 1 e quanto mais próximo de 1, em módulo, maior é o grau de associação. O valor 1 representa a correlação perfeita. Quanto mais próximo ou igual a zero se apresentar o coeficiente, menor é a relação entre as variáveis. O sinal diz respeito ao sentido da correlação, que pode ser direta ou indiretamente proporcional entre as variáveis.

Para Money, Babin e Samouel (2003), o coeficiente de correlação, estando entre 0,91 a 1,00, negativo ou positivo, é considerado muito forte, de 0,71 a 0,90, é considerado forte, de 0,41 a 0,70, a força de associação é moderada, de 0,21 a 0,40 é pequena, mas definida, se for 0,01 a 0,20 é leve, quase imperceptível.

A análise de conteúdo constitui uma técnica que trabalha os dados coletados, objetivando a identificação do que está sendo dito a respeito de determinado tema (Vergara, 2005). Ainda sobre análise de conteúdo, Bardin (2006) refere que esta consiste em um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens.

Tal análise possibilitará a observação das empresas que mais investiram em ações socioambientais, através da apresentação da porcentagem investida sobre a Receita Líquida. Além disso, o estudo torna possível a verificação dos valores investidos em cada indicador, apresentando para qual deles as empresas deram maior ênfase.

3.1 Amostra

O objeto de estudo é o universo de empresas brasileiras listadas na sexta carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBOVESPA, referentes ao exercício de 2011. Este índice foi lançado em 2005, sendo composto por empresas de capital aberto, selecionadas por possuírem práticas de Responsabilidade Social. Foi formulado com base no conceito internacional *Triple Bottom Line – TBL*, que avalia, de forma integrada, elementos ambientais, sociais e econômicos. Optou-se por trabalhar com os dados referentes a 2011 pelo fato de que nem todas as empresas disponibilizaram os relatórios de sustentabilidade de 2012 até a realização desta pesquisa.

O universo totaliza 38 empresas componentes da carteira, no entanto, foram utilizados como objeto de estudo apenas 25, excluindo-se as instituições financeiras – por já se ter a ciência de que estas não realizam investimentos ambientais - e as empresas que não apresentaram dados suficientes para o estudo. Segundo a BM&FBOVESPA, dentre as 25 empresas, 100% publicaram Relatório de Sustentabilidade no ano de 2010, 90% utilizaram as diretrizes da GRI para a elaboração do relatório, 92 % mantêm programa de sensibilização e educação sobre o tema RSE e 100 % possuem compromisso com o desenvolvimento sustentável formalmente inserido na estratégia.

A Tabela 1 apresenta a distribuição das empresas quanto ao setor de atuação.

Tabela 1 – Distribuição das empresas da amostra

Sector	Empresa	Representatividade (%)
Energia Elétrica	11	44
Telecomunicações	2	8
Transporte	1	4
Indústria	2	8
Mineração	1	4
Química	1	4
Construção Civil	2	8
Papel e Madeira	2	8
Água, gás e saneamento	2	8
Siderurgia e metalurgia	1	4
Total	25	100

Fonte: Dados da pesquisa 2013

Observa-se que a amostra abrangeu, em sua maioria, 44%, empresas do setor de energia elétrica. A coleta de dados foi realizada a partir dos demonstrativos financeiros, dos balanços sociais e dos relatórios de sustentabilidade, todos com base no ano de 2011, disponíveis na *internet*.

4. ANÁLISE DE RESULTADOS

A partir da coleta de dados, optou-se por realizar análises que possibilitassem a visualização das empresas que mais investiram em ações socioambientais, através da análise de conteúdo, avaliando a distribuição destes investimentos, sejam eles internos, externos ou no meio ambiente. Além disso, realizou-se o teste de Correlação de Pearson, a fim de verificar a força de associação entre as variáveis Receita Líquida, ISI, ISE e IA.

4.1 Participação dos investimentos socioambientais sobre a Receita Líquida

Para a realização da análise de dados, listaram-se as 25 empresas da amostra, a fim de apresentar suas respectivas Receitas Líquidas e a porcentagem investida em atividades socioambientais, conforme dados da tabela 2.

Tabela 2 – Relação entre Receita Líquida e Investimentos Socioambientais

Empresa	RL (R\$ Mil)*	Investimentos (R\$ Mil)*	(INV/RL)
Copasa	3.210.866,00	381.129,79	11,87%
Copel	7.776.165,00	763.619,40	9,82%
Cesp	2.957.525,00	236.602,00	8,00%
Even	1.908.348,00	141.408,59	7,41%
Eletrobras	29.533.000,00	1.898.971,90	6,43%
Cemig	8.510.128,00	531.883,00	6,25%
Coelce	6.579.272,00	305.278,22	4,64%
Sabesp	9.927.445,00	425.887,39	4,29%
Tractebel	4.326.951,00	176.106,91	4,07%
Gerdau	35.406.780,00	1.423.352,56	4,02%
Duralex	2.970.365,00	117.032,38	3,94%
EletroPaulo	9.835.578,00	362.932,83	3,69%
Embraer	8.466.553,00	309.875,84	3,66%
Suzano Papel	4.847.988,00	145.924,44	3,01%
CPFL energia	12.764.028,00	246.345,74	1,93%
Fibria	5.854.000,00	112.982,20	1,93%
Light S/A	6.944.785,00	127.784,04	1,84%
Energias do Brasil	5.401.662,00	98.310,25	1,82%
AES Tiete	1.885.956,00	33.947,21	1,80%
BFR Foods	25.706.238,00	455.000,41	1,77%
Telemar	27.906.989,00	477.209,51	1,71%
Vivo	19.364.614,00	325.325,52	1,68%
Vale	103.195.407,00	1.620.167,89	1,57%
Natura	5.591.374,00	51.999,78	0,93%
Braskem	33.176.160,00	129.387,02	0,39%
Média	15.361.927,08	435.938,59	3,94%

*Dados coletados em 2013, referentes ao ano de 2011.

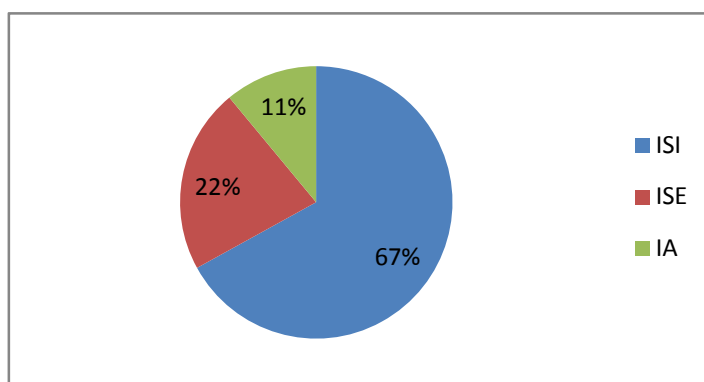
Fonte: Dados da pesquisa 2013

Conforme relacionado na tabela 2, a empresa que investiu maior porcentagem em investimentos socioambientais em relação à sua Receita Líquida foi a Copasa. Esta empresa pertence ao setor de Água, Gás e Saneamento, tendo investido mais de R\$ 380 milhões em atividades socioambientais, o que corresponde a 11,87% da Receita em análise.

Por outro lado, a Braskem, pertencente ao setor químico, foi a empresa que menos investiu, utilizando apenas 0,39% do correspondente à sua Receita Líquida. Além disto, percebe-se uma grande variação em relação aos investimentos, considerando-se a diferença entre os investimentos máximo (11,87%) e mínimo (0,39%). A média de investimentos das 25 empresas foi de 3,94%.

O Gráfico 1 apresenta a porcentagem de investimentos específicos em relação aos investimentos socioambientais totais.

Gráfico 1 – Principais investimentos em ISI, ISE e IA



Fonte: Dados da pesquisa 2013

O Gráfico 1 descreve que 67% do total de investimentos socioambientais foram direcionados para o público interno, enquanto 22% foram direcionados para o público externo e apenas 11% para o meio ambiente. Dentre os ISI destacaram-se os investimentos na participação nos lucros e na saúde, entendendo-se que as empresas tendem a valorizar seus funcionários. Dentre os ISE o item que obteve maior investimento foi a Cultura, contudo, nem todos os recursos aplicados nesta área partem da empresa. Eles provêm, também, de incentivo fiscal, embora cerca de 40% dos Balanços Sociais e relatórios de sustentabilidade estudados não indiquem exatamente os valores provindos de cada um.

Os indicadores ambientais tiveram o menor montante investido. Parte das empresas se preocupou apenas em investir no meio ambiente de forma a compensar os prejuízos causados a este, decorrentes da atividade principal da instituição. Dentre as 25 empresas estudadas, 30% não investiram nada em campanhas ou educação ambiental para a sociedade.

A tabela 3 apresenta as empresas divididas em setores, apontando os resultados da relação entre investimentos totais e Receita Líquida e possibilitando a visualização dos indicadores que receberam maior montante. Nos setores em que havia mais de uma empresa, calculou-se a média dos valores.

Tabela 3 – Análise dos investimentos por setor

Setor	INV/RL (%)	ISI/INV (%)	ISE/INV (%)	IA/INV (%)
Energia Elétrica	4,57	73,34	19,99	6,67
Telecomunicações	1,70	81,41	15,36	3,23
Transporte	3,66	95,07	4,92	0,01
Indústria	1,35	94,99	3,35	1,66
Mineração	1,57	19,64	61,86	18,5
Química	0,39	79,17	12,35	8,49
Construção Civil	7,41	96,81	0,53	2,66
Papel e Madeira	2,96	73,04	9,87	17,09
Água, gás e saneamento	8,08	72,17	24,42	3,4
Siderurgia e metalurgia	4,02	69,71	4,29	26,00

Fonte: Dados da pesquisa 2013

De acordo com os dados estudados, o setor que mais investiu em Responsabilidade socioambiental em relação à Receita Líquida foi o setor de Água, Gás e Saneamento. Este mesmo setor apresentou um alto índice de investimentos no público interno e um baixo

investimento na área ambiental. O setor de Construção Civil e o setor de Energia Elétrica ocupam a segunda e a terceira colocações, respectivamente, em valores investidos.

O setor de Construção Civil foi o que mais investiu nos indicadores internos em relação ao total de investimentos e o que menos investiu no seu público externo. Já o setor de Mineração apresentou resultados exatamente opostos, sendo o que mais investiu no público interno e o que menos investiu em seus colaboradores. O setor de Siderurgia e Metalurgia foi o que mais investiu em projetos para o meio ambiente, enquanto o setor de Transportes foi o que menos direcionou recursos para este indicador.

4.2 Correlação entre Receita Líquida, ISI, ISE e IA

Através do *software Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), versão 20, realizou-se o teste da Correlação Linear de Pearson, entre Receita Líquida (RL) e indicadores sociais internos (ISI), Receita Líquida e indicadores sociais externos (ISE) e Receita Líquida e indicadores ambientais (IA), a fim de verificar o grau de associação entre estas variáveis, nas 25 empresas da amostra, conforme N..

Tabela 4: Matriz de correlação entre Receita Líquida, ISI, ISE e IA

		Receita Líquida	ISI	ISE	IA
Receita Líquida	Correlação de Pearson	1	,822**	0,133	0,174
	Sig. (2-tailed)		0	0,525	0,406
	N	25	25	25	25

** . Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed)

Fonte: Dados da pesquisa 2013

A análise mostrou que o coeficiente de correlação entre a Receita líquida e os indicadores sociais internos (ISI) é $r = 0,822$, que o coeficiente de correlação entre a Receita líquida e os indicadores sociais externos (ISE) é $r = 0,133$ e entre a Receita líquida e os indicadores ambientais (IA) é $r = 0,174$. Considerando-se tais coeficientes, pode-se afirmar que a maior força de associação existe entre Receita Líquida e indicadores sociais internos (ISI). Desta forma, entende-se que o aumento na Receita Líquida reflete no aumento dos investimentos internos e vice-versa, ao contrário do que acontece na correlação entre Receita Líquida e indicadores sociais externos (ISE) e entre Receita Líquida e indicadores ambientais (IA), que apresentaram correlação leve.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo investigou a influência dos investimentos socioambientais sobre a Receita Líquida das empresas da amostra, além de apresentar a correlação entre Receita Líquida e Indicadores Sociais Internos (ISI), Indicadores Sociais Externos (ISE) e Indicadores Ambientais (IA). A partir da correlação e da análise de conteúdo realizadas, foi possível verificar a relação entre as dimensões econômica, social e ambiental, retratadas inicialmente no referencial teórico. Percebeu-se que, além do rendimento financeiro, as empresas têm atentado para o desenvolvimento do seu público interno, além de investir em projetos em prol da sociedade e do meio ambiente.

A coleta de dados permitiu uma análise das variáveis, revelando que a média de investimentos socioambientais sobre Receita Líquida foi de 3,94%. A empresa Copasa, do setor de Água, Esgoto e Saneamento, foi a que investiu o maior montante, sendo este o setor que também mais investiu. O setor de energia Elétrica foi o mais representativo na amostra, dispendo de 11 empresas dentre as 25 estudadas.

Ao analisar a distribuição dos investimentos socioambientais em interno, externo e ambiental, identificou-se uma maior concentração de aplicação em investimentos internos. Isto pode explicar a forte correlação verificada entre o percentual da receita sobre ativo total e o investimento interno sobre este ativo. O coeficiente de correlação $r = 0,822$ indica que o aumento na Receita Líquida reflete no aumento dos investimentos sociais internos.

Quanto à limitação deste estudo, pôde-se apontar a dificuldade de encontrar os dados necessários em alguns relatórios. Cerca de 40% das empresas não explicita se os recursos utilizados nos investimentos externos provêm da própria empresa ou de incentivos fiscais.

Além disto, algumas empresas não divulgam o Balanço Social, dificultando a coleta de dados referentes a valores, tendo em vista que os Relatórios de Sustentabilidade que seguem as diretrizes GRI subdividem seus investimentos em tópicos, apontando, por vezes, apenas a quantidade de pessoas atendidas pelos projetos, sem mencionar o montante investido. Cite-se, ainda, o fato de os dados do estudo se referirem apenas ao ano de 2011, sugerindo-se para pesquisas futuras o estudo de dados longitudinais.

6. REFERÊNCIAS

- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2006.
- BRUNDTLAND, Gro Harlem. **Nosso futuro comum**: comissão mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento. 2.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.
- CARROLL, A. B. **A three-dimensional conceptual model of corporate performance**. Academy of Management Review, v. 4, n.4, p. 497-505, 1979.
- _____. **Corporate social responsibility: evolution of a definitional construct**. Business & Society, n.38, p. 268-295, 1999.
- CORRAR, L. J.; PAULO, E.; DIAS-FILHO, J. M. **Análise multivariada**: para os cursos de administração, ciências contábeis e economia. FIECAFI. São Paulo: Atlas, 2007.
- CPC – COMITÊ DE PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC 09**. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 25 jun 2013.
- CUNHA, Jackeline Venerosos Alves da; RIBEIRO, Maisa de Souza. **Evolução e diagnóstico atual do Balanço Social**. 4º Congresso USP, 2004.
- DAVIS, K. **The case for and against business assumptions of social responsibilities**. Academy of Management Journal, v. 16, n. 1, 312-322, 1973.
- DEMAJOROVIC, Jacques. **Sociedade de risco e responsabilidade socioambiental**: perspectivas para a educação corporativa. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003.
- DYE, R.A. **An evaluation of essays on disclosure and the disclosure literature in accounting**. Journal of Accounting and Economics, USA, v.31, p. 181-235, Dec. 2001.
- ELKINGTON, John. **Cannibals with forks**: the triple bottom line of 21st century business. Capstone Publishing, 1997.
- FREEMAN, R. E. **Strategic management**: a stake holder approach. Boston: Pitman, 1984.
- FRIEDMAN, Milton. **The social responsibility of business is to increase its profits**. *The New York Times Magazine*, September 13, 1970.
- HUSTED, B. W.; ALLEN, D. B. **Toward a model of corporate social strategy formulation**. Academy of Management Conference, 2001.

- IBGE. (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Indicadores de Desenvolvimento Sustentável** – Brasil. 2004. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 14 jun. 2013.
- IUDÍCIBUS, S. et al. **Manual de contabilidade das sociedades por ações**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- LOZANO, R. **Envisioning sustainability three-dimensionally**. Elsevier: Journal of Cleaner Production, v. 16, n. 17, p. 1838-1846, nov. 2008.
- MELO NETO, F. Paulo de; FROES, César. **Gestão da responsabilidade social corporativa: o caso brasileiro**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.
- MINAYO, M. C. S. **Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- MONEY, A; BABIN, B.; SAMOUEL, P. **Fundamentos de métodos de pesquisa em administração**. Porto Alegre: Bookman, 2003.
- PEREIRA, Wolney Afonso. **Proposição de um modelo analítico dos estágios da responsabilidade social corporativa**. 2006. 58p. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Administração) - Faculdade de Economia e Finanças IBMEC, 2006.
- SACHS, I. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.
- SCHWARTZ, M. S.; CARROLL, A. B. **Social Responsibility: a three domain approach**. Business Ethics Quarterly, v.13, n.4, p.503-530, 2003.
- SILVA, D. da, C. C. **Sustentabilidade Corporativa**. In: Anais VI - Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia - SEGeT, Resende, RJ, 2010.
- SILVA, L. S. A. da; QUELHAS, O. L. G. **Sustentabilidade empresarial e o impacto no custo de capital próprio das empresas de capital aberto**. Gestão e Produção. v.13, n.3, p.385-395, set.-dez. 2006.
- TINOCO, J. E. P. **Balanço social: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações**. São Paulo: Atlas, 2001.
- VEGARA, S. C. (2005). **Método de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas.
- WOOD, D. J. **Corporate Social Performance Revisited**. Academy of Management Review, v. 16, n. 4, p. 691-718, 1991.
- XAVIER, W.; MARANHÃO, C. **Responsabilidade social: a privatização do público**. Organizações & Sociedade, v. 17, n. 53, p. 297-309, abr./jun. 2010.